



O PAPEL DA FILOSOFIA NA CIÊNCIA DA RELIGIÃO E SUA REARTICULAÇÃO A PARTIR DOS CLÁSSICOS

The role of philosophy in the science of religion and its rearticulation from the classics

Nestor Figueiredo*

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DOI: [10.29327/256659.17.1-7](https://doi.org/10.29327/256659.17.1-7)

RESUMO:

O objetivo deste artigo é considerar a relação entre filosofia e ciência da religião em perspectiva histórico-analítica, com as implicações decorrentes desta dinâmica a partir de três momentos que se complementam. Na primeira seção, discutimos o declínio da filosofia na disciplina, analisando primeiramente a anterioridade dessa relação (Hedley; Ryan, 2014), para depois tratarmos da separação histórica entre uma e outra, que resultaria na perda de diálogo entre ambas (Jong, 2024; Lews, 2015). Na sequência, consideramos a sugestão para uma filosofia da ciência da religião discutida por Gardiner e Engler (2024) em diálogo com Kanaris (2002; 2018; 2023) e Schilbrack (2014). Na terceira e última seção, tratamos do papel da filosofia nas origens da ciência da religião no século XIX (Figueiredo, 2022). Em conclusão, consideramos algumas questões no horizonte desse debate relacionadas a esse fazer filosófico dedicado à disciplina.

Palavras-chave: Ciência da Religião; Filosofia; Metateoria; Epistemologia.

* Doutor em Ciências das Religiões (PPGCR), mestre em Letras (PPGL) e em Sociologia (PPGS) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor licenciado e cientista da religião pela mesma instituição. ORCID: 0000-0001-7180-299X. E-mail: mgs3000@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao introduzir o tema central de seu livro *Philosophy of Religion: The Basics* (2023), o professor de filosofia da Universidade de Haifa, Samuel Lebens, inicia com a provocação de que o livro não deveria existir, pois, segundo Nietzsche, a divindade judaico-cristã “está morta” e a secularização teria tornado a religiosidade obsoleta. No entanto, poderíamos logo objetar que tanto essa morte quanto o declínio da religiosidade institucional não impedem que religião persista como constante antropológica universal (Geertz, 1989; Rappaport, 1999), uma vez que deuses e formações religiosas são contingências que não determinam religião, mas são determinadas por ela enquanto capacidade humana para produzi-las, com ou sem deuses, independentemente de contingências de tempo e espaço (Müller, 1878; 1889; Tiele, 1897; 1899; Chantepie de la Saussaye, 1891).

Deus, vivo ou morto, nesse sentido, é um detalhe nessa equação. Para Lebens, assim como para Berger (2000) e Woodhead (2016), as previsões de declínio religioso falharam, e a filosofia da religião continua relevante tanto para crentes quanto para céticos, visto que religião ainda influencia debates públicos e questões éticas fundamentais. Lebens justifica, assim, a filosofia da religião como um campo legítimo, rejeitando a crítica de irrelevância e de impiedade, pois a investigação filosófica não implica dúvida, mas o aprofundamento racional da fé. Contudo, o autor observa que a filosofia da religião contemporânea, especialmente em sua vertente analítica, tem sido excessivamente cristã e centrada em conteúdos doutrinários, negligenciando dimensões práticas e experiências de outras tradições. Sua proposta é ampliar essa abordagem, tornando a filosofia analítica da religião mais plural e sensível à diversidade religiosa. No entanto, essa discussão conduz à questão inevitável do que se entende por “religião”, uma dificuldade que atravessa a ciência da religião desde suas origens no século XIX.

Nesse sentido, Lebens destaca que todas as definições anteriores falharam ao enfrentar contraexemplos, sugerindo, com Wittgenstein, que “religião” talvez seja um conceito de semelhança familiar, ou seja, um termo que agrupa fenômenos distintos sem uma essência única. As tentativas clássicas de definição (religião como crença em deuses ou no sobrenatural, como dever moral, como experiência do sagrado ou como comunidade moral) enfrentam sempre casos que as refutam. Diante disso, Lebens propõe que religião seja compreendida a partir da *exigência de religiosidade*, caracterizada por *pertencimento comunitário, fé e*

engajamento imaginativo, diferenciando-a de ideologias e movimentos seculares. Essa proposta é indicadora de um ponto mais profundo: estudar religião cientificamente requer enfrentar o problema definicional como questão primeira, e não contorná-lo (Figueiredo, 2022; 2023; 2025). É justamente aqui que a filosofia se mostra indispensável, pois a clareza conceitual do objeto de estudo depende dela.

Quando esse fundamento é negligenciado, como ocorreu em alguns momentos da história da disciplina, a filosofia é relegada a um papel secundário, e a ciência da religião perde grande parte de sua capacidade de teorização. Essa relação de dependência entre filosofia e ciência da religião é bem ilustrada pela proposta de Keith Yandell (1999), que defende uma filosofia voltada para o exame crítico das reivindicações religiosas, considerando simultaneamente o que é religião e o que é filosofia. Enquanto a primeira organiza interpretações de mundo, orienta práticas morais e oferece diagnósticos sobre a condição humana, a segunda constrói e avalia sistemas categóricos sobre entidades, conhecimento e valores. Combinando esses elementos, a filosofia da religião deve avaliar as crenças religiosas à luz da metafísica, da epistemologia e da ética, reconhecendo que tais crenças envolvem compromissos ontológicos, cognitivos e axiológicos.

O autor rejeita, portanto, a ideia de que todas as crenças religiosas sejam igualmente válidas ou imunes à crítica racional. Essa postura reafirma o valor da filosofia como ferramenta analítica essencial à ciência da religião: longe de ameaçar a fé, ela a submete à reflexão racional e contribui para seu aprimoramento conceitual. Do ponto de vista estritamente filosófico, Laurence Bonjour e Ann Baker (2010) recordam que, embora a própria definição de filosofia seja debatida, há consenso em entendê-la como o estudo racional e sistemático de questões fundamentais sobre a realidade, o conhecimento e os valores. Entre essas questões, destacam-se as ontológicas (o que existe e qual a natureza do ser), as epistemológicas (o que podemos conhecer e como distinguir crenças verdadeiras de falsas) e as axiológicas (o que é bom ou justo). Essas dimensões, aplicadas à ciência da religião, tornam-se cruciais para compreender como se articulam as categorias, os métodos e os juízos de valor dessa disciplina.

Partindo desse horizonte, o presente artigo tem como objetivo considerar o papel da filosofia na ciência da religião e suas implicações contemporâneas. Na primeira seção, discutimos o declínio da filosofia na disciplina e suas causas históricas, revisitando sua anterioridade e o subsequente afastamento entre ambas (Hedley; Ryan, 2014; Jong, 2024;

Lewis, 2015). Em seguida, analisamos as recentes discussões sobre uma filosofia da ciência da religião (Gardiner; Engler, 2024) em diálogo com Kanaris (2002; 2018; 2023) e Schilbrack (2014). Por fim, abordamos o papel da filosofia nas origens da ciência da religião no século XIX (Figueiredo, 2022), concluindo com uma reflexão sobre algumas questões relacionadas a esse fazer filosófico dedicado à disciplina.

O DECLÍNIO DA FILOSOFIA NA CIÊNCIA DA RELIGIÃO

A filosofia desempenhou um papel central na reflexão sobre religião no século XIX ao fornecer ferramentas conceituais para questionar, reconstruir e reinterpretar a religiosidade em um contexto de crescente racionalismo e secularização. No entanto, desde o Iluminismo, pensadores como Spinoza (2016 [1677]) e Hume (1992 [1779]) já haviam desafiado a teologia tradicional, rejeitando a ideia de um deus pessoal e questionando os argumentos da teologia natural. Esses dois precursores e suas críticas à teologia clássica moldaram as reflexões posteriores sobre a religiosidade. Spinoza substituiu a concepção clássica de divindade por um monismo imanente, em que a ideia de um deus seria idêntica à natureza, eliminando a necessidade de providência e milagres.

Essa despersonalização da divindade e eliminação de conceitos teológicos fundamentais, como livre-arbítrio, abriu caminho para uma visão naturalista da religiosidade, influenciando a teologia filosófica do século XIX ao destacar a necessidade de uma perspectiva racional e coerente com o mundo natural. Hume, por sua vez, usou o ceticismo empirista para demonstrar que as crenças religiosas frequentemente derivam de projeções humanas, e não de inferências racionais legítimas, argumentando contra as tradicionais “provas” para a existência de divindades (cosmológica, ontológica e teleológica), uma vez que dependiam de suposições infundadas sobre causalidade e ordem no mundo.

Sua visão antecipou a crítica moderna de religião baseada em evidências empíricas. Esses dois filósofos estabeleceram um desafio central para o século XIX: como justificar as formas religiosas sem recorrer a dogmas sobrenaturais ou a deduções metafísicas frágeis? (Hedley; Ryan, 2014).

Diante do colapso da metafísica tradicional, Kant (1989; [1781]; 2002 [1788]) propôs uma nova abordagem. Em vez de justificar a divindade por meio da razão pura, ele deslocou religião para o domínio da razão prática. Segundo Kant, a existência de um deus e a

imortalidade da alma não poderiam ser provadas racionalmente, mas seriam necessárias como postulados morais. A religiosidade, portanto, deveria ser vista não como um conjunto de doutrinas sobrenaturais, mas como um sistema ético que dá sentido à moralidade humana. Essa visão influenciou significativamente os idealistas alemães, como Fichte (1982 [1794]), Schelling (1978 [1800]) e Hegel (2002 [1807]), que tentaram integrar fé e razão sem recorrer a uma teologia dogmática.

Estes filósofos levaram essa síntese adiante, buscando reconstruir a ideia de religião dentro de um sistema metafísico racional, afastando-a do dogmatismo teológico, mas sem abandoná-la completamente ao ceticismo. Fichte identificou a divindade com o impulso moral humano, enfatizando a liberdade e a autodeterminação; Schelling a viu como uma força cósmica em desenvolvimento, combinando natureza e espírito; Hegel, o mais influente, a concebeu como o próprio processo dialético da história. Para ele, a religiosidade cristã expressava simbolicamente o que a filosofia poderia explicar conceitualmente. Esses pensadores tentaram mostrar que a religiosidade não precisava ser incompatível com o pensamento racional. Eles reformularam a ideia de religião dentro de um quadro histórico e metafísico, enfatizando seu papel na construção da consciência humana e do progresso espiritual (Hedley; Ryan, 2014).

No entanto, essa síntese não resistiu às críticas subsequentes. Feuerbach (2013 [1841]), Marx (2005 [1844]) e Kierkegaard (1979 [1843]) desmontaram as tentativas de reconciliar fé e razão, cada um à sua maneira. Feuerbach afirmou que a ideia de um deus era mera projeção psicológica dos anseios humanos, enquanto Marx viu religião como uma ideologia que sustentava as desigualdades sociais. Kierkegaard, por outro lado, rejeitou o racionalismo hegeliano e defendeu que a fé era um salto no absurdo, um compromisso existencial independente da razão. O avanço da ciência, especialmente com a teoria da evolução de Darwin (2018 [1859]), minou ainda mais a teologia natural, tornando a visão do mundo cada vez mais materialista.

Como resposta, o neo-kantianismo tentou preservar a religiosidade ao separá-la completamente da ciência, reduzindo-a a uma experiência moral e subjetiva, como defendido em William James (2017 [1902]). Dessa forma, o século XIX demonstrou que a filosofia pode abordar religião de múltiplas formas: como crítica, reconstrução racional, expressão social ou psicológica, e também como uma experiência subjetiva destacando-a enquanto domínio

separado da razão e da ciência. Para Hedley e Ryan, essas linhas filosóficas moldariam o estudo moderno sobre religião, deslocando a discussão do mero debate teológico para uma abordagem filosófica de investigação das origens, funções e significados da religiosidade na experiência humana.

Hoje, o estudo filosófico sobre religião continua a dialogar com essas tradições, explorando a relação entre crença, racionalidade e cultura em um mundo cada vez mais plural e secularizado. No entanto, o objetivo agora não estaria restrito apenas à questão da existência da divindade, mas também em como as ideias religiosas impactam a sociedade, a moralidade e a própria noção de identidade humana (Hedley; Ryan, 2014).

Paralelamente a este relato, encontrado com frequência em fontes da filosofia, especialmente da filosofia da religião, outros desenvolvimentos ocorreram nesse palco. Trata-se do surgimento da ciência da religião como disciplina no mesmo século, a partir da década de 1870, embora seguindo um caminho próprio em relação à filosofia e seu uso enquanto ferramenta analítica por excelência. Albert de Jong (2024), em seu “The fading of philosophy from the Study of Religion”, trata especificamente do berço holandês da disciplina, observando nesse trabalho a separação histórica entre a filosofia da religião e a ciência da religião. Inicialmente, no final do século XIX, em Leiden, houve uma breve união entre a ciência da religião, a fenomenologia da religião e a filosofia da religião, sob a liderança de figuras como Cornelis Petrus Tiele e Pierre Daniel Chantepie de la Saussaye, visando estabelecer uma abordagem científica sobre religião, distanciada da teologia confessional. No entanto, defende Jong, a partir do início do século XX, os campos se separaram. Nesse sentido, a filosofia da religião manteve-se ligada à teologia, enquanto a ciência da religião tornou-se mais descritiva e histórica, perdendo o vínculo com a filosofia. Essa separação foi agravada por nomeações acadêmicas que priorizaram abordagens teológicas ou missionárias, em detrimento de uma visão mais ampla e filosófica de religião (Jong, 2024).

A fenomenologia da religião, inicialmente proposta por Chantepie de la Saussaye (1891 [1887]), servia como um campo intermediário entre a história das religiões (que coletava fatos) e a filosofia da religião (que lidava com questões sistemáticas). No entanto, essa abordagem foi gradualmente abandonada, especialmente após a influência de Gerardus van der Leeuw (1933), que integrou a fenomenologia à teologia, distanciando-a ainda mais da ciência da religião. Na década de 1970, a fenomenologia da religião foi criticada e praticamente

abandonada, especialmente após as críticas de Theo van Baaren (1973), que propôs uma “ciência sistemática da religião” sem espaço para a filosofia da religião. No entanto, essa proposta nunca se concretizou plenamente, levando a uma fragmentação do campo entre especialistas em formas religiosas específicas (historiadores, filólogos) e teóricos que trabalham com “método e teoria”.

Essa divisão levou a uma falta de comunicação entre os dois grupos, com muitos especialistas em religiosidades específicas ignorando questões teóricas mais amplas. Paralelamente, a dissolução das faculdades de teologia *duplex ordo* (que mantinham tanto um enfoque confessional quanto secular) levou ao desaparecimento de cargos em filosofia da religião em universidades como Leiden, Utrecht e Amsterdã, com a ciência da religião passando a se concentrar em metodologias empíricas, deixando de lado questões filosóficas sobre a natureza da crença e da experiência religiosa. A disciplina foi reformulada como uma área de estudos comparativos e históricos, sem um núcleo teórico baseado na filosofia. O resultado dessa mudança foi que a filosofia da religião permaneceu forte apenas em universidades confessionais, onde ainda desempenhava um papel importante dentro da teologia cristã. No entanto, esse desenvolvimento restringiu o campo ao pensamento cristão ocidental, isolando-o de um diálogo mais amplo com perspectivas contemporâneas (Jong, 2024).

Embora o caso holandês tenha particularidades, Jong argumenta que ele reflete um problema maior na academia global: a fragmentação da ciência da religião e a falta de diálogo com a filosofia da religião. Em muitas universidades, o estudo das formas religiosas se tornou altamente especializado e fragmentado, com acadêmicos focando em tradições específicas (como budismo, islamismo ou religiosidades africanas) sem se engajar em discussões teóricas de maior alcance. Ao mesmo tempo, a filosofia da religião continua concentrada em um corpus europeu e cristão, ignorando tradições não ocidentais e a crescente diversidade das abordagens filosóficas. Tal separação entre filosofia da religião e ciência da religião enfraqueceu ambos os campos.

Mas, de acordo com Jong, estaríamos atualmente testemunhando um grande movimento de reaproximação entre a filosofia da religião e a ciência da religião por parte dos filósofos da religião (Schilbrack, 2014; Lewis, 2015; Jensen, 2020), muitos dos quais insistindo na necessidade de uma mudança em seu campo. No entanto, embora os últimos anos também tenham visto novas propostas para repensar o estudo científico de religião que se envolvem

com questões filosóficas (Hanegraaff, 2016; Josephson-Storm, 2021; Day, 2023), ainda faltaria um engajamento profundo entre os dois campos.

Haveria, em outras palavras, um vazio filosófico no cerne da ciência da religião, assim como uma cegueira para (o trabalho real realizado sobre) religião na filosofia da religião. Nessa direção, a proposta é ir além do que temos hoje em busca de ferramentas conceituais para compreender a religiosidade de forma mais ampla e interdisciplinar, dialogando inclusive com ciências sociais e abordagens empíricas. A reintegração desses campos poderia, de fato, revitalizar a ciência da religião, tornando-a mais teoricamente robusta (Jong, 2024).

Thomas A. Lewis em *Why Philosophy matters for the Study of Religion* – and vice versa (2015), citado por Jong, também analisa a crescente separação entre filosofia da religião e ciência da religião, destacando como essa divisão é prejudicial, pois muitos estudos históricos e culturais de religião passaram a rejeitar análises normativas e conceituais, enquanto a filosofia da religião seguia operando dentro de um escopo limitado. Além disso, também ignorou desenvolvimentos metodológicos recentes, a exemplo de obras influentes (Asad, 1993; 2003; Dubuisson, 2003; Masuzawa, 2005). Essas críticas demonstram como o foco tradicional da filosofia da religião em crença e fé reflete um viés cultural que marginalizou outras expressões religiosas, como práticas rituais, disciplinas corporais e materialidade religiosa. Apesar dessas tensões, Lewis não sugere que a separação entre filosofia da religião e ciência da religião seja definitiva ou irreversível. Pelo contrário, argumenta em favor de uma maior integração entre filosofia e ciência da religião.

A tese central é que a filosofia da religião poderia se tornar mais relevante ao engajar-se com questões como a historicidade das categorias religiosas, o impacto do poder na definição do sagrado e as interações entre religião e cultura. Essa reformulação, por exemplo, teria implicações não apenas acadêmicas, mas também sociais e políticas. Por outro lado, a ciência da religião deveria analisar criticamente conceitos, práticas e tradições, rejeitando a noção de que seja “não normativa”, tendo em vista que toda disciplina acadêmica, incluindo história e filosofia, carregaria algum grau de normatividade. Assim, ao invés de negar esse fato, a ciência da religião deveria adotar uma postura reflexiva e transparente sobre suas premissas normativas (Lewis, 2015).

O declínio da filosofia na ciência da religião, como exposto, reflete uma fragmentação histórica e metodológica que tem impactado profundamente ambos os campos. A separação

entre filosofia (da religião) e ciência da religião, iniciada no final do século XIX e consolidada ao longo do século XX, resultou em uma lacuna teórica e conceitual enfraquecendo a capacidade de ambos os campos de compreender a religiosidade em sua complexidade. Enquanto a filosofia da religião manteve-se vinculada a um corpus predominantemente cristão e ocidental, a ciência da religião adotou uma abordagem mais descritiva e histórica, distanciando-se de questões filosóficas fundamentais sobre a natureza da crença, a experiência religiosa e o significado de religião na vida humana.

No entanto, como destacam Albert de Jong e Thomas A. Lewis, parece estar em curso um movimento crescente em direção a uma determinada reintegração desses campos, reconhecendo que a filosofia pode oferecer ferramentas conceituais essenciais para uma compreensão mais sofisticada do objeto religião. Para estes autores, essa reaproximação não apenas revitalizaria a ciência da religião, tornando-a mais teoricamente robusta, mas também permitiria que a filosofia da religião se engajasse com questões contemporâneas, como a historicidade de categorias religiosas e o impacto do poder nas interações entre religião e cultura. Em um mundo cada vez mais plural e secularizado, em que religião continua a desempenhar um papel central em debates públicos e conflitos globais, uma ciência da religião mais reflexiva e uma filosofia da religião mais crítica e interdisciplinar seriam não apenas desejáveis, mas necessárias.

O DEBATE SOBRE UMA “FILOSOFIA DA CIÊNCIA DA RELIGIÃO”

No recente artigo “Situating Philosophy of Religious Studies”, Gardiner e Engler (2024) apontam dois autores que vêm sistematicamente utilizando o rótulo “filosofia da ciência da religião”¹: Jim Kanaris (2002; 2018; 2023) e Kevin Schilbrack (2014), ao lado de outros que têm relacionado filosofia da religião com ciência da religião (Lewis, 2015; Miller, 2021). No entanto, Gardiner e Engler pretendem se diferenciar especialmente das posições de Kanaris e Schilbrack, rejeitando um vínculo integral entre Filosofia da Ciência da Religião (FCR) e Filosofia da Religião

¹ Traduzimos tanto *Study of Religion* quanto *Religious Studies* e variantes como Ciência da Religião, derivando esse entendimento do termo em alemão *Religionswissenschaft*, tal como *religionsvidenskap* em dinamarquês, *religioznawcze* em polonês, *religiovedeniya* em russo (Platvoet, 1998). Atualmente, há uma tendência no uso de *Science of Religion* nos países do Sul Global. No Brasil, utiliza-se predominantemente o termo *Science of Religion* para traduzir Ciência da Religião e vice-versa.

(FR). Para eles, esse tipo de vinculação confunde a filosofia de uma coisa (religião) com a filosofia de uma disciplina acadêmica (ciência da religião).

A justificativa de que essa ligação se daria em função de ambas possuírem o mesmo objeto central (religião) é considerada um erro, na medida em que o objeto da FCR é a ciência da religião (CR), e não religião. Embora seja possível argumentar que tanto a FR quanto a CR devam, em certo sentido, perguntar o que é religião, isso não seria verdade para a FCR, caso em que a pergunta deveria ser como os pesquisadores da CR chegam a tais e tais concepções, submetendo os resultados a uma investigação crítica. Nesse sentido, a FCR não é teórica (voltada para religião), mas metateórica (voltada para como a CR olha para o que chama de ‘religião’) (Gardiner; Engler, 2024). Esta seção, diferentemente da anterior, aborda a relação entre filosofia (da religião) e ciência da religião considerando a proposta de uma FCR como ideia central, a partir de alguns caminhos esboçados por esses autores, em confronto com essa tese de Gardiner e Engler (2024).

Segundo os autores de “Situating”, Kanaris usa o rótulo FCR para denominar uma filosofia da religião reformulada, moldada por uma certa visão do que constitui uma prática filosófica legítima. Kanaris (2002) em seu estudo sobre Bernard Lonergan², especificamente, enfatiza que a FR desse autor deveria ser entendida como uma FCR, na medida em que ultrapassava a tradicional abordagem filosófica sobre o teísmo cristão. Assim, enquanto essa FR se concentrava principalmente em questões metafísicas e a natureza do divino, a FCR teria um foco metodológico, analisando criticamente os pressupostos e métodos empregados no estudo acadêmico de religião, considerando uma perspectiva dialógica entre teologia e ciência da religião.

Contudo, essa mudança de direção ocorreria somente a partir dos anos 1970, quando Lonergan reivindicou a necessidade de um modelo filosófico que levasse em conta a experiência religiosa como um dado fundamental da realidade humana, embora a ênfase na experiência religiosa fosse tratada mais como um fenômeno epistemológico e metodológico

² Bernard Lonergan (1904–1984) foi um filósofo e teólogo jesuíta canadense, conhecido por sua abordagem metodológica ao conhecimento e à teologia. Sua obra principal, *Insight: a study of human understanding* (1992 [1957]), desenvolve uma epistemologia baseada no conceito de autoapropriação, enquanto *Method in Theology* (1972) propõe um esquema de oito especialidades funcionais para a teologia. Lonergan destacou a experiência religiosa como um elemento central no estudo de religião, diferenciando sua *filosofia de deus* de uma *filosofia da religião reformada*, interpretada por Kanaris (2002) como *filosofia da ciência da religião*, que examinaria criticamente os métodos usados nesta disciplina.

do que como um objeto de descrição fenomenológica típica da fenomenologia da religião em sua forma tradicional, por exemplo. Nesse contexto, o uso do termo FCR por Kanaris refletiria a tentativa de mostrar que Lonergan defendia a reformulação da FR a partir de um novo campo de investigação, capaz de examinar criticamente os métodos e pressupostos da ciência da religião, considerando uma análise metodológica mais ampla do fenômeno religioso em âmbito acadêmico. Nesse sentido, a FR reformulada de Lonergan, interpretada por Kanaris em termos de FCR, guardaria certas semelhanças com o uso pretendido por Gardiner e Engler (2024).

Essa reinterpretação da FR por Kanaris abriria caminho para mudanças na filosofia da religião, especialmente ao introduzir o conceito de *enecstasis*³ (Kanaris, 2018) em termos de *uma alternativa de superação de dicotomias* metodológicas tradicionais: a estratégia de defender religião, exemplificada por Mircea Eliade e Wilfred Cantwell Smith, que privilegia a experiência e o envolvimento pessoal; e a estratégia de confinamento de religião, representada por Russell McCutcheon e Talal Asad, que busca manter religião como um objeto de estudo sem envolvimento pessoal. Como solução, o autor propõe uma FR “*enecstática*”, ou seja, que busca reconciliar a reflexividade pessoal na filosofia da religião sem cair em essencialismos ou reducionismos. A partir desse conceito, Kanaris (2023) propõe o distanciamento de uma filosofia da religião tradicional, centrada em questões internas ao discurso religioso, como a existência da divindade ou a relação entre fé e razão, em direção a uma FCR que examina seus pressupostos epistemológicos e metodológicos, ou seja, uma reflexão metateórica sobre como o estudo acadêmico de religião é feito e orientado.

A *enecstasis* sintetizaria essa preocupação, propondo que o pesquisador de religião reconheça sua própria singularidade e envolvimento na disciplina, pois não é mero observador externo, mas um agente ativo na construção do conhecimento sobre religião. Ao invés de se *limitar à análise crítica das estruturas conceituais da disciplina*, Kanaris defende um modelo que integre autorreflexividade e *engajamento filosófico*. Assim, a FCR poderia se beneficiar do conceito de *enecstasis* como um modelo que une rigor analítico e reflexividade subjetiva,

³ O conceito de *enecstasis* deriva da fusão dos termos gregos "en" (dentro) e "ekstasis" (para fora), sugerindo um estado simultâneo de engajamento e distanciamento crítico na investigação de religião. É um princípio metodológico e filosófico que enfatiza a importância da subjetividade, do contexto e da reflexividade crítica. Embora não rejeite a tradição filosófica, propõe uma releitura contemporânea de suas principais questões, integrando elementos da fenomenologia, da teoria crítica e da desconstrução, a partir de uma perspectiva pedagógica e experiencial, considerando a filosofia como um meio de transformação pessoal e intelectual (Kanaris, 2023).

superando os limites do essencialismo fenomenológico e do reducionismo sociológico (Kanaris, 2023).

Kevin Schilbrack (2014) propõe uma reconfiguração mais ampla da FR, criticando sua tradicional restrição ao teísmo clássico e à avaliação da racionalidade da crença no divino, apontando três problemas básicos na filosofia da religião convencional: limitação, por concentrar-se quase exclusivamente no monoteísmo ocidental; intelectualismo, ao privilegiar a análise de crenças e doutrinas em detrimento das práticas religiosas; e insularidade, ao manter-se isolada de outras áreas do conhecimento. Para este autor, a abordagem tradicional deve ser superada por uma FR que reconheça a diversidade das tradições religiosas, incorpore suas dimensões rituais e éticas e interaja com outras disciplinas. Essa ampliação da FR, de certa forma, aproxima sua proposta das discussões sobre a FCR, na medida em que compartilha da preocupação metateórica com os fundamentos epistemológicos da disciplina.

No entanto, ao contrário de Gardiner e Engler (2024), que defendem uma separação mais clara entre as funções da FR e FCR, Schilbrack sugere que a FR deva ser repensada para abarcar o estudo crítico de religião enquanto fenômeno social e cultural, indo além das questões teológicas. Seu projeto, portanto, alinha-se com a proposta de Kanaris ao questionar as fronteiras disciplinares tradicionais e enfatizar a necessidade de uma abordagem mais reflexiva e interdisciplinar, mas se distancia de Gardiner e Engler quanto à vinculação disciplinar. Para Gardiner e Engler, a FCR deve operar dentro e a partir da CR, funcionando como uma análise crítica das concepções e métodos empregados pela disciplina, não devendo ser considerada um ramo da FR, nem uma instância avaliativa superior que julga a CR com critérios próprios e exclusivos.

Richard B. Miller em *Why Study Religion?* (2021) também examina essa relação entre filosofia, normatividade e crítica na CR, destacando a importância de um enfoque metateórico que vá além da simples descrição empírica dos fenômenos religiosos, argumentando que a CR não pode ser inteiramente neutra ou desprovida de implicações normativas, pois toda investigação acadêmica carrega pressupostos filosóficos sobre o que conta como conhecimento legítimo e quais métodos são apropriados. Para Miller, a reflexão filosófica deve desempenhar um papel fundamental na CR, operando como um metacriticismo que não apenas analisa os métodos da disciplina, mas também questiona seus fundamentos epistemológicos e normativos. Assim, em vez de adotar uma postura exclusivamente descritiva,

os pesquisadores de religião deveriam reconhecer e articular os valores que orientam suas abordagens. Essa proposta reforça a ideia de uma FCR ao enfatizar a necessidade de um espaço filosófico dedicado a examinar os pressupostos da disciplina sem necessariamente se confundir com a FR tradicional.

Além disso, ressoa com as discussões sobre FCR, particularmente no sentido em que Gardiner e Engler (2024) identificam Miller como parte do esforço para situar a filosofia dentro da CR sem reduzi-la à filosofia da religião (tradicional). Ao destacar o papel metateórico e crítico da filosofia na CR, Miller contribui para uma visão da FCR como uma instância que interroga os fundamentos epistemológicos da disciplina, ampliando sua capacidade de responder aos desafios contemporâneos, reforçando a importância de um arcabouço filosófico que vá além da mera descrição empírica dos fenômenos religiosos (Miller, 2021).

Outro autor que explora a relação filosofia (da religião) e ciência da religião é Robert McKim (2017), propondo uma reformulação da FR para torná-la menos limitada em termos de diversidade religiosa e metodológica. O argumento é que a FR deveria reconhecer sua dependência da CR para compreender melhor a diversidade religiosa e evitar um isolamento conceitual que a torne excessivamente abstrata. A CR, ao oferecer insights empíricos e teóricos sobre as formas religiosas em suas múltiplas manifestações, forneceria à FR um arcabouço mais concreto e abrangente, permitindo-lhe libertar-se do viés tradicionalmente teocêntrico e ocidentalizado. Ao mesmo tempo, McKim defende que a filosofia pode contribuir criticamente para a CR, questionando seus pressupostos epistemológicos e metodológicos. Essa interação bidirecional fortaleceria ambas as disciplinas, resultando em um exame mais rigoroso das categorias e abordagens utilizadas na CR, implicando ainda numa FR mais interdisciplinar, que se beneficie de contribuições da antropologia, psicologia e ciências cognitivas. No entanto, McKim vai além e sugere que essa evolução da FR e sua aproximação com a CR levariam ao surgimento de uma FCR como um campo autônomo, responsável pela análise crítica das metodologias da CR e pela reflexão sobre seus fundamentos teóricos (McKim, 2017). Tal visão contrasta com a proposta de Gardiner e Engler (2024), que veem a FCR como uma prática metateórica operando dentro da CR, mas não como um domínio independente. Essa tensão entre visões, como podemos observar, reflete diferentes concepções sobre o papel da filosofia na CR e na FR, bem como na redefinição de seus contornos disciplinares.

Como observado, Gardiner e Engler (2024) propõem uma concepção de FCR que contrasta significativamente com as abordagens desses autores, entendendo-a como um empreendimento metateórico situado dentro da CR, não devendo ser confundida com a FR, pois sua função não seria investigar religião em si, mas analisar criticamente os pressupostos epistemológicos, metodológicos e teóricos da CR enquanto disciplina acadêmica. Diferente de uma abordagem normativa que prescreva métodos ou estabeleça critérios fixos para a CR, a FCR, em sua visão, desempenha um papel reflexivo e analítico, questionando como os pesquisadores da CR constroem conceitos e organizam investigações. De acordo com os autores, essa perspectiva evitaria dois equívocos comuns: a ideia de que a FCR poderia ser uma instância avaliativa superior à CR, impondo critérios externos à disciplina; e a noção de que a FCR deve ser um campo autônomo e separado da CR. Em vez disso, eles sustentam que a FCR opera dentro da CR, funcionando como um espaço crítico interno que permite aos pesquisadores avaliar e refinar suas abordagens teóricas e metodológicas. Outro aspecto central de sua abordagem é o enfoque pragmático, que enfatiza a utilidade da FCR dentro da CR. Em vez de se comprometer com uma estrutura fixa ou normativamente prescritiva, a FCR deve adaptar-se aos debates reais da disciplina, funcionando como uma ferramenta flexível para a análise crítica dos métodos e teorias empregados nos estudos de religião. Essa proposta busca consolidar a identidade da FCR como um modo de investigação especificamente voltado para o estudo da CR, sem transbordar para domínios normativos da FR ou assumir um status de disciplina independente.

As diferentes concepções de Filosofia da Ciência da Religião (FCR) apresentadas ao longo desta discussão evidenciam uma tensão central no debate: a FCR deve ser concebida como uma disciplina independente ou como uma prática metateórica dentro da Ciência da Religião (CR)? De um lado, Gardiner e Engler (2024) e Miller (2021) defendem uma delimitação mais clara, sustentando que a FCR é um método interno à CR, responsável por examinar criticamente seus pressupostos epistemológicos e metodológicos, sem se confundir com a Filosofia da Religião (FR) nem assumir um status de disciplina autônoma. Essa posição contrasta com as abordagens de Kanaris (2002; 2018; 2023), Schilbrack (2014) e McKim (2017), que, cada um a seu modo, discutem uma FCR mais próxima ou mesmo dependente da FR, podendo até se tornar um campo independente. Kanaris sugere uma reformulação da FR a partir do conceito de *enecstasis*, o que acabaria ampliando a função reflexiva da filosofia sobre religião e

questionando os limites entre FR e FCR. Schilbrack, por sua vez, argumenta que a FR deve expandir seu escopo para incorporar análises metodológicas e epistemológicas, reduzindo a necessidade de uma FCR separada. Já McKim propõe que a interação entre FR e CR pode levar à emergência de uma FCR como um campo autônomo dedicado à crítica dos métodos da CR. Assim, a disputa entre esses modelos reflete um impasse mais amplo sobre os contornos da FCR e sua relação com a FR e a CR, tornando evidente que sua posição dentro da CR permanece uma questão em aberto. Nesse sentido, voltar às origens da CR não poderia lançar luz sobre tais encaminhamentos? A seguir, faremos essa verificação.

A FILOSOFIA NA CIÊNCIA DA RELIGIÃO CLÁSSICA

Em que medida esse debate mais atual sobre a ideia de uma FCR pode, deve ou se conecta ao início da disciplina a partir do que já era discutido naquela época? Além disso, como poderíamos superar o declínio da filosofia na ciência da religião, como defendem alguns autores hoje, a partir sobretudo de uma proposta (ou retomada) de uma FCR, como sugerido nas primeiras seções? Revisitar as origens da disciplina pode oferecer um referencial orientador, assim como tem ocorrido frequentemente na sociologia com seus clássicos.

Nesse sentido, esta seção pretende fazer um breve retorno ao período formativo da disciplina considerando três figuras centrais, designadas por alguns autores (Waardenburg, 1973; Sharpe, 1986; Molendijk, 2005) como aqueles que no século XIX lançaram os fundamentos para uma ciência dedicada ao estudo acadêmico de religião: Max Müller, Petrus Tiele e Chantepie de la Saussaye, a partir de suas obras mais representativas desse período, começando pelo texto apontado como a “certidão de nascimento” da disciplina (Sharpe, 1986), *Lectures on the Science of Religion* (1870). Esse originalmente conjunto de preleções traz os primeiros indícios da filosofia na ciência da religião. Podemos dizer que, em *termos implícitos*, essa obra trata a filosofia como um instrumento metateórico para a ciência da religião, refletindo sobre seus métodos e fundamentos.

Embora Müller não discuta diretamente o papel da filosofia, sua abordagem indica que a ciência da religião está profundamente ancorada em pressupostos filosóficos. Haveria, nesse caso, uma “filosofia da ciência da religião” *em potencial* (se vista como algo independente) ou *latente* (se entendida como método), mas que poderia ser desenvolvida (no primeiro caso) ou

aperfeiçoada (no segundo), a partir dos pressupostos e questões levantadas pelo autor. Em todo caso, Max Müller *implicitamente* trata a filosofia como um instrumento metateórico para a ciência da religião, indicando já nas origens dessa disciplina tal uso da filosofia.

Em “The perception of the infinite” (1878), a primeira de suas sete preleções nessa obra, Max Müller destaca o papel central da filosofia na construção da ciência da religião, argumentando que, para compreender religião de maneira científica, seria necessário adotar uma abordagem filosófica que fosse além da simples catalogação de crenças e rituais, investigando seus fundamentos epistemológicos e existenciais. A filosofia, nesse contexto, seria indispensável para a disciplina ao permitir uma abordagem crítica e estruturada de religião, ajudando a definir seus conceitos, investigar sua relação com o conceito de “infinito” e articular um diálogo entre ciência, razão e fé. Nesse sentido, a filosofia operaria como um filtro conceitual, uma ponte metodológica e um mediador crítico entre os diversos aspectos da religiosidade, na medida em que, sem tal ferramenta, a ciência da religião correria o risco de se tornar descritiva e acrítica.

Desprovida de uma estrutura reflexiva capaz de analisar profundamente suas origens, transformações e implicações, ficaria limitada a descrições históricas, desconsiderando aspectos como a apreensão do “infinito” e a evolução das crenças ao longo do tempo, como discutida nessa preleção. E, nesse sentido, equivaleria a um instrumento metateórico para a disciplina. Por exemplo, o autor insiste na necessidade de definir o que é religião antes de estudá-la cientificamente, numa preocupação tipicamente filosófica que demonstra uma abordagem metateórica, não se limitando à descrição empírica das formas religiosas, além de questionar como podemos saber o que estamos estudando.

Esse papel é análogo ao que a filosofia desempenha em outras ciências: assim como a filosofia da ciência reflete sobre os métodos e pressupostos da ciência natural, aqui a filosofia opera análoga a uma “filosofia da ciência da religião”, estabelecendo seus princípios e seus limites. O foco não é apenas o estudo sobre o objeto religião, mas também uma reflexão sobre como devemos fazê-lo a partir dessa disciplina. A filosofia não aparece apenas como um campo auxiliar, mas como um nível de análise. A relação, contudo, não é hierárquica, mas metodológica e conceitual. Opera-se sobretudo como um nível metateórico dentro da disciplina, fornecendo: 1) fundamentação conceitual (interpretação das ideias religiosas dentro de uma estrutura filosófica mais ampla); 2) crítica epistemológica (abordagens científicas sobre

religião não enviesadas por pressupostos não examinados); 3) classificação e distinção de conceitos (organização de fenômenos religiosos em categorias mais precisas).

Ou seja, busca-se estruturar um quadro conceitual e metodológico para estudar o objeto religião, o que é precisamente o papel de uma filosofia da ciência da religião, pelo menos a partir de determinados caminhos que a discussão atual assumir. Mas certamente, aqui, a filosofia não seria uma disciplina paralela, mas um componente estrutural da ciência da religião, uma reflexão crítica e sistemática sobre seus pressupostos, métodos e categorias conceituais, havendo possivelmente uma FCR implícita no projeto dessa disciplina. Essa obra de Max Müller não apenas contém elementos de uma FCR, mas também a antecipa como necessidade metodológica para o estudo rigoroso de religião.

Em *Natural religion* (1889), Max Müller volta a tratar das questões metateóricas da disciplina. Pelo menos nas dez primeiras preleções, num total de vinte, fica evidente a reflexão que se faz sobre a ciência da religião em termos conceituais e metodológicos e não apenas sobre o objeto dessa disciplina. Por exemplo, as preleções de 2 a 6 são dedicadas a discutir a definição de religião e sua qualificação. Ou seja, um quarto da obra é destinada a uma questão metateórica por definição. Mais uma vez, o papel da filosofia para a ciência da religião é fornecer a base crítica, metodológica e conceitual para o estudo rigoroso de religião. Não basta apenas definir religião, é preciso também garantir que essa definição não seja arbitrária, excludente ou superficial, ficando evidente que para este autor a relação entre filosofia e ciência da religião seria estrutural e inescapável.

Obviamente, Max Müller não chama explicitamente isso de *filosofia da ciência da religião*, mas o papel que ele atribui à filosofia dentro do estudo científico de religião é exatamente esse. Portanto, embora ele não formule explicitamente esse conceito, sua abordagem demonstra uma preocupação constante com questões metateóricas que são típicas desse fazer filosófico. Assim, podemos dizer que sua obra esboça, mesmo sem nomeá-la, uma *filosofia da ciência da religião*, na medida em que não apenas se discute definições de religião, mas se examina criticamente os pressupostos dessas definições, evidenciando suas limitações e implicações. Essa função é típica de uma abordagem metateórica, que se debruça sobre as condições de possibilidade e os fundamentos epistemológicos de uma disciplina.

Esse modelo de ciência da religião que não apenas coleta e analisa dados, mas também reflete criticamente sobre os pressupostos e implicações desse estudo, antecipa muitas das

preocupações da antropologia e sociologia da religião contemporâneas. Aqui, não estamos limitados a descrever formas religiosas historicamente ou compará-las empiricamente. Há um constante questionamento sobre como estudamos religião, quais são os pressupostos que moldam nossas interpretações e como devemos lidar com as categorias analíticas utilizadas na investigação científica desse fenômeno. Esse nível de reflexão não pertence propriamente ao domínio da ciência da religião enquanto disciplina empírica, mas sim a uma dimensão metateórica que examina as bases epistemológicas e metodológicas do próprio estudo de religião. Isso se aproxima da função da filosofia da ciência nas ciências naturais e sociais: não produzir diretamente conhecimento empírico, mas refletir sobre como esse conhecimento é produzido, validado e interpretado.

O que Max Müller faz, de fato, é aplicar um pensamento crítico e reflexivo sobre as bases conceituais, metodológicas e epistemológicas da ciência da religião – e isso é exatamente o que alguns chamaria hoje de uma filosofia da ciência da religião. Se quisermos ser mais cautelosos, podemos dizer que ele antecipa uma *proto-filosofia da ciência da religião*, ao lançar questões fundamentais que seriam retomadas por sociólogos, antropólogos e filósofos da religião posteriormente, fazendo de sua obra um marco precursor nessa discussão.

Dentro desse mesmo debate, outro importante autor trabalhou igualmente a metateoria da disciplina no período formativo da ciência da religião em pelo menos quatro obras. Em seu compêndio (1877) e verbete (1886) Cornelis Petrus Tiele evidencia as mesmas preocupações de Max Müller em relação ao papel que a filosofia desempenha na ciência da religião, isto é, como um pilar teórico e metodológico que sustenta a compreensão e a análise da disciplina sobre as formas religiosas. Nesse sentido, não é apenas um complemento à ciência da religião, mas uma parte essencial de sua estrutura e desenvolvimento. E embora sejam áreas distintas, são igualmente interdependentes, com a filosofia contribuindo para a ciência da religião em três aspectos principais: fundamentação epistemológica, interpretação dos fenômenos religiosos e articulação da religiosidade com a vida humana.

Mesmo não usando explicitamente o rótulo FCR, sua abordagem reflete claramente as características dessa perspectiva, sobretudo em seus dois volumes sobre os *elementos da ciência da religião* (1897; 1899), nos quais usa a filosofia para definir, interpretar e situar religião dentro da experiência humana. Para Tiele, a ciência da religião não pode ser apenas uma disciplina empírica, pois religião não é apenas um fenômeno externo a ser descrito, mas

um fenômeno existencial, que exige um olhar filosófico. Ao defender abertamente o *carácter filosófico* da ciência da religião e a aplicação do método dedutivo, ele reconhece a necessidade de uma reflexão metateórica, bem como estrutura um modelo epistemológico que orienta sua investigação. Essa abordagem pode ser interpretada como uma tentativa inicial de estabelecer um quadro epistemológico próprio para a disciplina, indicando que já se trabalhava com uma “filosofia da ciência da religião” *avant la lettre*.

Em seu “manual” de ciência da religião (1891 [1887]), Chantepie de la Saussaye sugere as bases metodológicas da disciplina. Nesse contexto, a filosofia desempenha um papel fundamental na disciplina ao fornecer conceitos, metodologias e interpretações para a experiência religiosa. No entanto, para este autor, a ciência da religião deveria manter sua autonomia em relação à filosofia, evitando tanto a especulação excessiva quanto a imposição de esquemas filosóficos pré-determinados. A filosofia contribuiria para a ciência da religião, mas não deveria dominá-la, sendo apenas uma das ferramentas no estudo objetivo e comparativo das formas religiosas, numa relação de interdependência metodológica e de complementaridade. Assim, embora a ciência da religião precise da filosofia para estruturar seus conceitos e interpretar fenômenos religiosos, não poderia ser reduzida a uma disciplina filosófica. Trata-se de uma abordagem instrumental e analítica. Ademais, sua obra não apenas descreve e sistematiza os fenômenos religiosos, mas também levanta questões fundamentais sobre como o objeto religião deve ser estudado e quais seriam os limites e possibilidades desse estudo. Se pensarmos na filosofia da ciência como uma reflexão crítica sobre os fundamentos e métodos das disciplinas científicas, podemos dizer que essa obra de Chantepie de la Saussaye conteria igualmente elementos de uma filosofia da ciência da religião, na medida em que não apenas descreve e analisa a religiosidade, mas também reflete sobre como estudamos religião, que é precisamente grande parte do que se espera de uma filosofia da ciência da religião, ainda que nesse caso de forma não sistematizada.

No período clássico da ciência da religião, a relação entre filosofia e investigação científica sobre religião era amplamente reconhecida e integrada ao desenvolvimento da disciplina. As três figuras centrais desse momento formativo concebiam a ciência da religião como uma disciplina que, embora distinta da teologia, exigia fundamentos filosóficos para sua consolidação. A filosofia não era uma esfera separada, mas um elemento constitutivo, essencial

para a definição de seu objeto, a justificativa epistemológica de seus métodos e a formulação de suas teorias.

Max Müller, por exemplo, tratava a filosofia como um instrumento metateórico, estruturando a disciplina a partir de reflexões sobre o conceito de religião em termos de capacidade para perceber o “infinito”, além de questionar os pressupostos do estudo científico de religião. Tiele explicitou o caráter filosófico da disciplina, combinando empirismo histórico e especulação controlada para construir um modelo epistemológico próprio, enquanto Chantepie de la Saussaye integrou a filosofia de modo instrumental, evitando reducionismos sem abrir mão de sua função crítica e classificatória. Embora nenhum deles tenha cunhado o termo “filosofia da ciência da religião”, fica evidente a preocupação metateórica compartilhada. Essa relação, no entanto, seria enfraquecida posteriormente, especialmente no período “fenomenológico-teológico” da ciência da religião, na esteira de van der Leeuw e seus continuadores. Revisitar esses clássicos, portanto, não apenas demonstra as origens filosóficas da disciplina, mas traz relevantes indicativos de que essa ideia não é algo recente, mas uma necessidade desde sua fundação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, observa-se um debate crescente em torno da possibilidade de uma filosofia da ciência da religião, reunindo autores que transitam entre a filosofia, a filosofia da religião e a própria ciência da religião. Essa discussão, contudo, não pode ser compreendida apenas como um fenômeno recente, pois suas raízes se estendem pelo menos até o nascimento da disciplina no século XIX. Já nas obras de Max Müller, Petrus Tiele e Chantepie de la Saussaye, a filosofia desempenhava uma função estruturante, operando como instância metateórica responsável por formular conceitos, delimitar métodos e refletir sobre as condições de possibilidade do estudo científico de religião. Em seus projetos, a filosofia não era uma disciplina externa, mas um nível de autorreflexão interna que legitimava o estatuto científico da nova área de estudos. Diante disso, o debate contemporâneo sobre uma FCR, em grande medida, não inaugura uma problemática nova, mas retoma, sob linguagem atualizada, questões que já estavam implicadas no próprio nascimento da ciência da religião, na medida em que a disciplina só poderia manter sua coerência epistemológica se fosse igualmente, e simultaneamente, um exercício filosófico sobre si mesma.

Essa leitura sugere que a rearticulação contemporânea da FCR pode ser legitimada genealogicamente, pois reencontra, sob novos termos, a mesma preocupação fundadora. Contudo, apesar dessa negligência histórica, é possível reconhecer uma significativa convergência entre passado e presente. Gardiner e Engler, ao conceberem a filosofia da ciência da religião como metateoria interna à própria disciplina, reencontram a função que Max Müller e Chantepie de la Saussaye atribuíram à filosofia como instância reflexiva e metodológica, embora igualmente rejeitando a ideia de um campo autônomo “supervisor”.

Por outro lado, Kanaris e Schilbrack, ao proporem uma reformulação epistemológica da filosofia da religião em diálogo com a ciência da religião, recuperam a ambição de Tiele para uma fundamentação filosófica sistemática da disciplina. Mesmo McKim e Miller, em perspectivas distintas, reintroduzem o papel crítico e conceitual que os fundadores haviam reconhecido como condição do estudo científico de religião. Essa aproximação demonstra que, embora o debate atual careça de consciência histórica, ele redescobre o mesmo fundamento filosófico que sustentou a constituição original da disciplina. No entanto, a principal questão metateórica ainda continua subjacente na atual discussão sobre a FCR, embora anterior ao próprio nascimento da ciência da religião. Ela remonta a pensadores iluministas, quando o discurso filosófico sobre religião emergiu como um campo de tensão entre dois polos: um teológico, que buscava preservar a divindade como fundamento do que se entende por religião, e outro naturalista, que procurava explicar esse fenômeno a partir de causas imanentes e humanas.

Esse movimento pendular, que Hedley e Ryan descrevem como um processo de reinterpretação contínua de religião, evidencia que o problema definicional desse objeto foi, desde o início, a primeira e inescapável questão dessa disciplina, sendo a própria tentativa de compreender o que é “religião” também uma questão de natureza metateórica, isto é, uma reflexão sobre suas condições de inteligibilidade. A alternância entre defesa e confinamento de religião, já perceptível no debate iluminista, sobrevive até hoje no interior da disciplina, reaparecendo sob novas formas. Essa, aliás, é a dicotomia que Kanaris procura resolver por meio da *enecstasis*, que superaria o dualismo entre envolvimento e distanciamento, experiência e crítica.

Portanto, longe de representar uma ruptura, a proposta contemporânea de uma filosofia da ciência da religião retoma uma linhagem de autorreflexão filosófica que se inicia

desde as origens da disciplina, reafirmando que compreender religião cientificamente sempre implicou, e ainda implica, pensar filosoficamente sobre o próprio ato de compreendê-la. Diante desse percurso, seria possível pensar uma via de síntese entre os caminhos clássicos e as reformulações contemporâneas, reconhecendo que a vitalidade da ciência da religião depende justamente dessa interseção entre filosofia e investigação empírica?

Uma “filosofia da ciência da religião” poderia recuperar, nos termos atuais, o modelo metateórico implícito em Max Müller e Chantepie de la Saussaye, para quem a filosofia operava como instrumento crítico e reflexivo, articulando-o às contribuições sistemáticas de Tiele, que concebia a disciplina como empreendimento simultaneamente histórico e filosófico? Nessa chave, o esforço contemporâneo, sobretudo de Gardiner e Engler, por situar a FCR como metateoria interna, somado à dimensão autorreflexiva defendida por Kanaris e Schilbrack, talvez possa oferecer um horizonte de convergência no qual a filosofia volte a ocupar um lugar estrutural, e não periférico, na compreensão científica de nosso objeto de estudo.

Portanto, ao integrar os eixos fundacional e contemporâneo, a crítica epistemológica com o diálogo empírico, e a autorreflexividade filosófica com a historicidade do fenômeno religioso, essa FCR se configuraria como o espaço próprio da *consciência teórica* da disciplina, assegurando-lhe coerência interna e sentido histórico, e reafirmando que pensar cientificamente o objeto religião é também, em última instância, pensar filosoficamente sobre a própria ciência da religião.

REFERÊNCIAS

- ASAD, T. *Formations of the secular: christianity, islam, modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- ASAD, T. *Genealogies of religion: discipline and reasons of power in christianity and islam*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.
- BERGER, P. L. A dessecularização do mundo: uma visão geral. *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2000.
- BONJOUR, L.; BAKER, A. *Filosofia: textos fundamentais comentados*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CHANTEPIE DE LA SAUSSAYE, P. D. *Manual of the science of religion*. Vol. I. London; New York: Longmans, Green, and Co., 1891 [1887].

- DARWIN, C. *A origem das espécies por meio de seleção natural*. São Paulo: Ubu Editora, 2018 [1859].
- DAY, M. *No bosses, no gods: Marx, Engels, and the twenty-first century study of religion*. Berlin; New York: De Gruyter, 2023.
- DUBUISSON, D. *The western construction of religion: myths, knowledge, and ideology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.
- FEUERBACH, L. *A essência do cristianismo*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013 [1841].
- FICHTE, J. *Science of knowledge: with the first and second introductions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982 [1794].
- FIGUEIREDO, N. *A ciência da religião na encruzilhada: desafios metodológicos para uma epistemologia cientificamente estabelecida*. *Interações*, v. 20, n. 1, 2025. No prelo.
- FIGUEIREDO, N. Religião como objeto científico a partir de uma abordagem definicional. *Reflexão*, v. 48, p. 1-27, 2023.
- FIGUEIREDO, N. *Religião como objeto de ciência: a ideia de uma disciplina epistemologicamente autônoma a partir de uma abordagem definicional*. 2022. 299 p. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.
- GARDINER, M. Q.; ENGLER, S. Situating philosophy of religious studies. *Religion*, v. 4; n. 4, p. 1-17, 2024. DOI: 10.1080/0048721X.2024.2388432
- GEERTZ, C. A religião como sistema cultural. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 101-142.
- HANEGRAFF, W. J. Reconstructing “religion” from the bottom up. *Numen*, v. 63, p. 576–605, 2016.
- HEDLEY, D.; RYAN, C. Nineteenth-Century Philosophy of Religion: an introduction: In: OPPY, G.; TRAKAKIS, N. N. (org.). *Nineteenth-Century Philosophy of Religion*. The History of Western Philosophy of Religion. Vol. 4. New York: Routledge, 2014.
- HEGEL, G. *Fenomenologia do espírito*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002 [1807].
- HUME, D. *Diálogos sobre a religião natural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1779].
- JAMES, W. *As variedades da experiência religiosa*. 2. ed. São Paulo: Cutrix, 2017 [1902].
- JENSEN, J. S. *What is religion?* London; New York: Routledge, 2020.
- JONG, Albert de. The fading of Philosophy from the Study of Religion. In: RUTENHOV, A.; FULLER, M. (org.). *Science, religion, the humanities and hope: Essays in Honour of Willem B. Drees*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. p. 217-230.
- JOSEPHSON-STORM, J. A. *Metamodernism: the future of theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 2021.
- KANARIS, J. *Bernard Lonergan’s Philosophy of Religion: From Philosophy of God to Philosophy of Religious Studies*. Albany: State University of New York Press, 2002.
- KANARIS, J. *Reconfigurations of Philosophy of Religion: A Possible Future*. Albany: SUNY Press, 2018.

- KANARIS, J. *Towards a Philosophy of Religious Studies: enecstatic explorations*. New York: SUNY Press, 2023.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1788].
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [1781].
- KIERKEGAARD, S. *Temor e tremor*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1843]. (Coleção os Pensadores).
- LEBENS, S. *Philosophy of Religion: the basics*. New York: Routledge, 2023.
- LEWIS, T. A. *Why philosophy matters for the study of religion – And vice versa*. New York: Oxford University Press, 2015.
- LONERGAN, B. *Insight: a study of human understanding*. Collected Works of Bernard Lonergan. Edited by Fredrick E. Crowe and Robert M. Doran. Vol. 3. Toronto: University of Toronto Press, 1992 [1957].
- LONERGAN, B. *Method in theology*. New York: Herder and Herder, 1972.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005 [1844].
- MASUZAWA, T. *The invention of world religions: or, how european universalism was preserved in the language of pluralism*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- MCKIM, R. The future of Philosophy of Religion, the future of the Study of Religion, and (Even) the future of religion.” In: DRAPER, P.; SCHELLENBERG, J. L. (org.). *Renewing Philosophy of Religion; exploratory essays*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 112-130.
- MILLER, R. B. *Why study religion?* Oxford: Oxford University Press, 2021.
- MOLENDIJK, Arie L. The emergence of the Science of Religion in the Netherlands. Leiden; Boston: Brill, 2005.
- MÜLLER, F. Max. Introduction to the Science of Religion: four lectures. Delivered at the Royal Institution in February and March 1870. London: Spottiswoode, 1870.
- MÜLLER, F. Max. *Lectures on the origin and growth of religion as illustrated by the religions of India*. London, Longmans, Green, and Co; Williams and Norgate, 1878.
- MÜLLER, F. Max. *Natural religion*. London; New York: Longmans, Green, and Co, 1889.
- PLATVOET, J. From consonance to autonomy: the science of religion in the Netherlands, 1948-1995. *Method & Theory in the Study of Religion*, v, 10, n. 4, p. 334-351, 1998.
- RAPPAPORT, R. A. *Ritual and religion in the making of humanity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SCHELLING, F. *System of transcendental idealism*. Charlottesville, VA: University Press of Virginia, 1978 [1800].
- SCHILBRACK, K. *Philosophy and the Study of Religions: a manifesto*. Chichester: Wiley, 2014. Blackwell.

- SHARPE, Eric J. *Comparative religion: a history*. London: Duckworth, 1986 [1975].
- SPINOZA, B. *Ética*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016 [1677].
- Tiele, Cornelis Petrus. *Elements of the Science of Religion*. Part I. Morphological. Being the Gifford Lectures delivered before the University of Edinburgh in 1896. Edinburgh; London: William Blackwood and Sons, 1897.
- TIELE, C. P. *Elements of the Science of Religion*. Part 2. Ontological. Edinburgh; London: William Blackwood and Sons, 1899.
- TIELE, C. P. *Outlines of the history of religion to the spread of the universal religions*. London: Trübner & Co., Ludgate Hill, 1877 [1876].
- TIELE, C. P. Religions. *Encyclopedia Britannica*. A dictionary of arts, sciences, and general literature. V. XX. 9. ed. Edinburgh: Adam and Charles Black, 1886, p. 358-371.
- VAN BAAREN, Th. P. Science of Religion as a systematic discipline: some introductory remarks. In: VAN BAAREN, Th. P.; DRIJVERS, H. J. W. (org.). *Religion, Culture and Methodology*. The Hague: Mouton, 1973. p. 35–56.
- VAN DER LEEUW, G. *Phänomenologie der Religion*. Tübingen: Mohr, 1933.
- WAARDENBURG, J. *Classical approaches to the study of religion: aims, methods and theories of research*. Introduction and anthology. The Hague; Paris: Mouton, 1973.
- WOODHEAD, L. The rise of ‘no religion’ in Britain: the emergence of a new cultural majority. *Journal of the British Academy*, v. 4, p. 245-61, 2016. Doi: 10.5871/jba/004.245.
- YANDELL, Keith E. *Philosophy of religion: a contemporary introduction*. London; New York: Routledge, 1999.

ABSTRACT

This paper aims to consider the relationship between philosophy and the science of religion from a historical and analytical perspective, exploring the implications that arise from this dynamic across three complementary stages. The first section discusses the decline of philosophy within the discipline, first analyzing the antecedence of this relationship (Hedley; Ryan, 2014) before addressing the historical separation between them that led to a loss of dialogue (Jong, 2024; Lewis, 2015). Next, we consider the suggestion for a philosophy of the science of religion as discussed by Gardiner and Engler (2024), drawing on dialogue with Kanaris (2002; 2018; 2023) and Schilbrack (2014). The third and final section addresses the role of philosophy in the origins of the science of religion during the 19th century (Figueiredo, 2022). In conclusion, we examine some of the issues surrounding this type of philosophical work dedicated to the discipline.

Keywords: Science of Religion; Philosophy; Metatheory; Epistemology.

Recebido em 21/01/2026

Aprovado para publicação em 17/03/2026